

SINERGIA DE MERCADOS PARA A AMAZÔNIA: PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO¹

Alfredo Kingo Oyama Homma²

RESUMO – Neste artigo, apresentam-se as principais sinergias de mercado para os produtos extrativos, agrícolas e madeireiros, na Amazônia, para os próximos anos. Variáveis econômicas e ambientais externas, os interesses comerciais dos países desenvolvidos e a maior integração do setor primário deverão orientar os rumos da Amazônia no futuro. A limitação da oferta dos produtos extrativos e a democratização desses produtos devem induzir à domesticação de novos produtos da biodiversidade, seguindo o exemplo da cinchona, cacau, seringueira, guaraná, cupuaçu, açaí e pupunha, entre outros, com possível inclusão de novas frutas e flores nativas, plantas medicinais, cosméticos, inseticidas e corantes naturais. A atividade extrativa permanecerá enquanto o mercado for limitado, existirem grandes estoques e a domesticação não for possível. O reflorestamento com espécies nativas e exóticas, para produção de madeiras nobres, de celulose e de carvão vegetal e a extração de florestas nativas, mediante certificação, deverão constituir a tendência para as próximas décadas. A pecuária em pastagens nativas, evitando-se a contínua incorporação de novas áreas de floresta e da queima periódica de pastos, garantindo a sanidade do rebanho, poderá assegurar espaço nos exigentes mercados dos países desenvolvidos. Além da agricultura para o abastecimento regional e nacional, diversos produtos regionais, se associados à característica de produtos orgânicos certificados e da imagem da Amazônia, deverão ter acentuado crescimento. Ressalta-se que o mercado interno

¹ Esta pesquisa faz parte do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodatab).

² Embrapa Amazônia Oriental. Pesquisador e Professor Visitante. Caixa Postal 48. CEP 66095-100, Belém, PA. E-mail: homma@cpatu.embrapa.br

será dominante e as exportações de produtos tradicionais, atendendo às restrições dos países desenvolvidos, continuarão a manter a pauta dos produtos exportados.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Mercado, Desenvolvimento, Meio ambiente.

ABSTRACT – *This article presents the main market synergies for the extractive, agricultural products and wood in the Amazon for the next years. Economic and environmental variables, the commercial interests of developed countries and the largest integration of the primary sector should lead the directions of the Amazon in the future. The limitation of the supply of the extractive products and the democratization of those products should induce the domestication of new products of the biodiversity, following the example of cinchona, cocoa, rubber, guarana, cupuaçu, açaí palm and pupunha, among others, with possible inclusion of new native fruits, floriculture, medicinal plants, cosmetics, insecticides and natural dyes. As long as the market is limited, exists in great stocks, and domestication is impossible, the extractive activity can remain. The reforestation with native and exotic species, for the production of valuable wood, of cellulose and coal, and the extraction of native forests by means of certification, should be the tendency for the next decades. Raising cattle in native pastures, avoiding the continuous incorporation of new forest areas, and the periodic burning of pasture areas and providing the health of the herd can guaranty space in the demanding markets of developed countries. Besides the agriculture for the regional and national supply, several regional products, if associated with the characteristic of certified organic products, and the image of the Amazon, should experience huge growth. It is emphasized that the internal market will be dominant and the exports of traditional products, complying with the restrictions of the developed countries, will continue to maintain the list of the exported products.*

KEY WORDS: Amazon, Market, Development, Environment.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta as principais sinergias de mercado para os produtos extrativos, agrícolas e madeireiros na Amazônia para os anos futuros. As variáveis econômicas e ambientais externas, os interesses comerciais dos países desenvolvidos, o processo de urbanização, com a manutenção do poder político rural e a maior integração do setor primário deverão orientar os rumos da Amazônia no futuro.

Será que a exploração de plantas medicinais, aromáticos, inseticidas e corantes naturais vai ser a grande riqueza da Amazônia no futuro? Um exemplo desse prognóstico afirma que em 2050 a Amazônia seria capaz de produzir 1,28 trilhão de dólares, equivalente a dois PIBs atuais do país. O valor da produção em dólares seria distribuído da seguinte forma: petróleo, 650 bilhões; medicamentos e cosméticos, 500 bilhões; agricultura e extrativismo, 50 bilhões; minérios, 50 bilhões; carbono, 19 bilhões; turismo, 13 bilhões; e madeira, 3 bilhões (Coutinho 2001).

Na Amazônia, as exportações baseadas na extração de recursos naturais têm sido o fulcro do seu comércio exterior desde os primórdios de sua ocupação. Assim foi com as exportações de cacau, borracha, pau-rosa, castanha-do-pará, madeira, palmito, polpa de açaí, óleo de babaçu, camarões, pescado, peixes ornamentais, entre os principais, sendo que alguns com dependência externa quase integral. Esses produtos seguem a fase de expansão, estagnação e depois o declínio, decorrente do esgotamento, perda do poder de monopólio e aparecimento de substitutos. Assim, foi com o ciclo do cacau, que teve o pico máximo de participação na economia colonial em 1736, com 96,6% do valor das exportações; o da seringueira, como terceiro produto da pauta das exportações nacionais por 30 anos (1887-1917), com picos em dois períodos – em 1910, com 39,1% e, novamente, em 1945, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com 69,91% das exportações da região Norte. O pau-rosa teve a sua participação máxima nas exportações da região

Norte, em 1955, com 16,11% e, a castanha-do-pará, em 1956, com 70,57%. No contexto histórico, mudou-se das exportações de produtos extrativos vegetais para o extrativismo mineral que, atualmente, representam $\frac{3}{4}$ do valor das exportações do estado do Pará.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) têm defendido a idéia de que os produtos ecologicamente e socialmente corretos deverão constituir a pauta principal de exportação da Amazônia no futuro, que seriam negociados em bolsas de valores internacionais. Classificam esses produtos em "commodities ambientais", como, água, energia, madeira, minério, biodiversidade, reciclagem e controle de emissão de poluentes e as "eco-commodities", que são produtos fabricados com conceitos ecologicamente corretos (Koehler 2001).

Perpassa, também, para as opiniões públicas nacional e mundial a concepção de que haverá um grande mercado de commodities ambientais e de eco-commodities, na Amazônia. Essa visão, fortemente apoiada pelas ONGs nacionais e externas, organismos internacionais e governos de países desenvolvidos, acreditam que o futuro da Amazônia estaria relacionado com a venda de serviços ambientais (crédito de CO₂), produtos das biodiversidades (fármacos, cosméticos, inseticidas naturais, frutas nativas etc.), venda de água, madeira certificada, entre outros. Seria a alternativa econômica para conter as principais ameaças ambientais que pesam sobre a Amazônia.

Um rápido exame da pauta dos produtos exportados e importados da Região Norte, nesta última década, mostra que existe uma grande diferença entre a utopia preconizada e a realidade comercial vigente. Se a Região Norte fosse uma nação, há muito tempo já estaria inviável pelo déficit da sua balança comercial que chegaria a atingir 1/3 do valor das exportações.

Em termos macroeconômicos, verifica-se que a Região Norte constitui a porta de entrada de peças e matérias-primas importadas

através dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, para montagem, com vigência garantida até 2013. Sem dúvida que a implantação da Zona Franca de Manaus gerou empregos e renda e drenou a população rural, com isso, reduzindo os desmatamentos e queimadas no estado do Amazonas e, similarmente, no estado do Amapá. Os interesses econômicos dos países exportadores tornaram a Zona Franca de Manaus um dos melhores entrepostos do mundo, atingindo o vasto mercado interno brasileiro.

No lado das exportações, novamente a Região Norte revela a sua importância como fonte de minérios, sobretudo minérios eletro-intensivos, madeira, pimenta-do-reino, camarões, castanha-do-pará, palmito, óleo de dendê, soja, peixes ornamentais, peixes congelados, óleo essencial de pau-rosa, entre os principais. A crise energética em 2001 trouxe à tona as discussões sobre exportações de minerais eletro-intensivos com energia subsidiada e dependentes do uso de carvão vegetal, quanto aos baixos preços imputados a essas matérias-primas.

Organização Institucional do Comércio Mundial

O comércio mundial está consolidado com diversas regras e acordos abrigados em organismos e tratados internacionais ou multilaterais, a maioria criados após a II Guerra Mundial. Há uma forte base teórica que suporta diversos princípios enunciados desde David Ricardo (1772-1823), que defendem que todos os países ganham com o livre comércio até os mercados comuns da atualidade. Entre alguns organismos internacionais, pode ser mencionado o World Trade Organization (WTO), com sede em Geneva, criado no dia 1º de janeiro de 1995, como decorrência das reuniões da Rodada do Uruguai, no período de 1986 a 1994, quando 128 países assinaram o protocolo (Ministério... 2001). Atualmente, fazem parte 141 países. A origem do WTO deriva do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) criado em janeiro de 1948, assinado por 23 países e cujo primeiro diretor, o britânico Eric Wyndham-White, dirigiu-o durante o período de 1948 a 1968.

A United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) foi criada em 1964 como entidade intergovernamental permanente, principal órgão da Assembléia Geral das Nações Unidas, na esfera do comércio e desenvolvimento. Atualmente, conta com a participação de 188 países.

Os primeiros esforços para a criação da União Européia remontam a 19 de setembro de 1946, num discurso pronunciado na Universidade de Zurique, por Winston Churchill, apelando à criação de uma “espécie de Estados Unidos da Europa”. Posteriormente, em 9 de maio de 1950, a declaração efetuada por Robert Schuman, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, propunha que a França, a Alemanha e qualquer outro país europeu que pretendesse aderir à iniciativa congregassem os seus recursos do carvão e do aço (Declaração Schuman). Substanciais progressos ocorreram com as primeiras vagas de adesão das décadas de 70 e 80, da instituição do Mercado Único em 1993, ao lançamento do euro em 1º de janeiro de 1999 e ao início das negociações de alargamento com os países da Europa Central e Oriental.³

Outra organização que tem forte impacto no comércio internacional é a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), que tem a sua origem no discurso que o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Georges C. Marshall, pronunciou na Harvard University, em 5 de junho de 1947, lançando as bases do Plano Marshall, uma iniciativa dos Estados Unidos e do Canadá. Dessa forma, nasceu a Organization for European Economic Cooperation (OEEC), em 16 de abril de 1948, com 18 países e sede em Paris.

³ Os Estados-Membros da União Européia são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia. Outros países europeus que fazem parte são: Albânia, Andorra, Bielorrússia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Islândia, Iugoslávia, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, República Iugoslava da Macedônia, Malta, Moldávia, Mônaco, Noruega, Polónia, República Checa, Romênia, Rússia, São Marinho, Suíça, Turquia, Ucrânia e Vaticano.

A Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) foi estabelecida em 1989, com sede em Cingapura, em resposta à crescente economia dos países banhados pelo Oceano Pacífico. Iniciado como grupo de diálogo informal, a APEC tornou-se um veículo regional na promoção do comércio aberto e da cooperação econômica. O objetivo principal é avançar no dinamismo da economia asiática e no estabelecimento de um senso de cooperação. Atualmente, compõem a APEC, 21 países membros que têm em conjunto um Produto Nacional Bruto superior a US\$ 18 trilhões desde 1999 e 43,85% do comércio mundial.

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) é um instrumento de integração entre a economia dos Estados Unidos, Canadá e México. O primeiro passo para a sua criação é o tratado de livre comércio assinado por norte-americanos e canadenses em 1988, ao qual os mexicanos aderiram em 1992, que congrega uma população de 362 milhões e um PIB de 11,1 trilhões de dólares (2000).

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 26 de março de 1991, quando a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram o Tratado de Assunção. Por ocasião da X Reunião do Conselho do Mercado Comum, em San Luis, em 25 de junho de 1996, houve a adesão da Bolívia e do Chile ao Mercosul. Em 2000 o Mercosul abrange uma população estimada de 200 milhões e um PIB de 908,5 bilhões de dólares. Com as crescentes dificuldades das economias dos países-membros, pressionados por grandes dívidas externas, muitos analistas prevêem um fim melancólico para essa organização, que terminaria abarcada pela Alca.

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi proposta em dezembro de 1994, na Cúpula das Américas, realizada em Miami, com

⁴ Fazem parte da APEC os países: Austrália, Brunei, Canadá, Cingapura, Chile, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan e Vietnã.

o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 35 países da América do Norte, Central e Sul (exceto Cuba) – um mercado de mais de 500 milhões de pessoas. O prazo mínimo para a sua formação é de sete anos, quando poderá transformar-se em um dos maiores blocos comerciais do mundo. Oferecendo produtos e serviços mais competitivos, as empresas norte-americanas consideram-se preparadas para a queda das barreiras alfandegárias na região, o que leva os Estados Unidos a proporem a implementação imediata de acordos parciais, com abertura total do mercado, em 2005. Já o Brasil e seus parceiros do Mercosul prevêem grandes dificuldades na adaptação de suas economias a essa integração e preferem dar início ao processo somente em 2005.

O Tratado de Montevidéu, assinado em 18 de fevereiro de 1960, criou a Associação Latino Americana de Livre Comércio (Alalc), visando ao estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre os países da América Latina. Em 12 de agosto de 1980, a Alalc foi transformada na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), composta por doze países-membros⁵, representando, em conjunto, 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 430 milhões de habitantes. Os objetivos principais da Aladi são o pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a formação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade e tratamento diferenciado dos países-membros processo de desenvolvimento específico de cada um.

Outras associações podem ser mencionadas, como a Comunidade Andina (CAN), criada em 1969, abrangendo a Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, que congrega 111 milhões de habitantes e um PIB de 270 bilhões de dólares (2000) e a Caribbean Community and Common Market (Caricom), estabelecido em 1 de agosto de 1973, abarcando 15 países, com uma população de 13 milhões de habitantes e um PIB de 26 bilhões de dólares (1999), entre outras.

⁵ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Em resumo, pode-se afirmar que as oportunidades de exportação entre os blocos caracterizam-se pelo forte regionalismo mundial e pela existência de barreiras comerciais, por parte dos países desenvolvidos, cujas controvérsias consomem grande parte das energias dos países pobres. Essas barreiras comerciais são representadas por subsídios agrícolas, cotas impondo limitações quantitativas e técnicas que regulamentam tamanho e qualidade das importações, tais como, selos de produção, padrões de saúde, segurança e aspectos ambientais. Os produtos da Amazônia, portanto, apresentam o dualismo da simpatia e antipatia internacional, dependendo da ótica. A entrada bem-sucedida destes produtos no mercado internacional depende do seu sucesso em transmitir a idéia de serem ecologicamente e socialmente adequados e/ou de atender a grandes interesses capitalistas.

A inserção da Amazônia no mercado mundial

A balança comercial da Região Norte vem apresentando déficits desde 1994, atingindo a cifra de mais de 2,26 bilhões de dólares em 1996. O aumento da renda real das populações mais desfavorecidas, com a implantação do Plano Real, em 1994, promoveu um crescimento na demanda de bens duráveis, fazendo disparar os produtos montados na Zona Franca de Manaus. Dessa forma, as exportações, principalmente de minérios e madeira no estado do Pará, apesar do crescimento constante nos últimos anos, não foram suficientes para compensar o déficit. Esse desequilíbrio da balança comercial da Região Norte acompanha a tendência nacional verificada a partir de 1995 (Tabela 1).

As importações da Região Norte provenientes dos Estados Unidos (17,90%), Japão (17,41%), Coréia do Sul (11,77%) e Venezuela (6,38%) representaram, em 2000, mais da metade do total. Essas importações estão relacionadas a combustível e componentes mecânicos e eletrônicos para a indústria de montagem da Zona Franca de Manaus, sem acompanhar o ciclo de vida e de nacionalização dos produtos

Tabela 1– Exportação, importação e saldo da balança comercial do Brasil e da Região Norte (US\$ 1.000).

Ano	Brasil			Região Norte		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1991	31.620.459	21.041.458	10.579.001	1.757.116	1.393.606	363.510
1992	35.792.986	20.544.289	15.248.697	1.825.665	1.264.675	560.990
1993	38.554.769	25.236.991	13.317.778	2.022.870	1.982.773	40.097
1994	43.545.167	33.052.686	10.492.481	2.078.566	2.650.493	-571.927
1995	46.506.281	49.971.895	-3.465.614	2.433.137	4.237.651	-1.804.514
1996	47.746.726	53.301.014	-5.554.288	2.401.378	4.662.037	-2.260.659
1997	52.990.115	61.352.028	-8.361.913	2.571.405	4.735.264	-2.163.859
1998	51.139.862	57.714.365	-6.574.504	2.591.861	3.392.066	-800.205
1999	48.011.444	49.210.314	-1.198.870	2.677.108	3.098.380	-421.272
2000	55.085.595	55.783.343	-697.748	3.321.836	4.275.936	-954.100
2001	58.222.642	55.580.718	2.641.924	3.241.633	3.661.002	-419.368

Fonte: MDIC/SECEX - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria de Comércio Exterior. (www.mdic.gov.br)

(Tabelas 2 e 3). No caso de produtos agrícolas, destacam-se as importações de trigo, óleos essenciais e leite, com valores que alcançam 55 milhões de dólares. Somente as importações de leite, em 2000, através da Zona Franca de Manaus, foram superiores a US\$ 12 milhões, que não é compensado pela expansão da pecuária leiteira e da indústria de laticínios nos estados de Rondônia e Pará, destinados à exportação para o Sul e Sudeste do país.

Quanto às exportações da Região Norte, Japão (16,78%), Estados Unidos (14,22%), Argentina (10,09%), Holanda (6,88%) e Bélgica (6,74%) representaram mais da metade do montante comercializado em 2000 (Tabelas 4 e 5). Considerando-se o ano base 2000, refletindo a tendência verificada nos últimos anos, as exportações concentraram-se no minério de ferro (20,52%), nos minerais eletro-intensivos, isto é, alumínio, alumina, bauxita (23,64%) e caulim (4,51%) e em recursos naturais como a madeira e derivados (11,27%), castanha-do-pará

Tabela 2– Importação da Região Norte por países, 1999 e 2001 (US\$ 1,00).

Países/Blocos	1999		2000		2001	
	3.098.380.305	100,00	4.275.936.204	100,00	3.661.001.528	100,00
Total da Área	2.971.148.711	95,89	4.108.024.889	96,07	3.500.883.127	95,63
Total dos principais países						
Estados Unidos	657.990.210	21,24	765.445.929	17,90	644.468.019	17,60
Japão	566.878.768	18,30	744.429.948	17,41	695.754.742	19,00
Coreia do Sul	235.507.862	7,60	503.211.922	11,77	505.127.642	13,80
Venezuela	133.516.078	4,31	272.724.900	6,38	88.805.321	2,43
Malásia	151.270.497	4,88	259.218.094	6,06	154.330.772	4,22
China	133.665.910	4,31	224.245.310	5,24	211.528.419	5,78
Formosa	113.033.602	3,65	191.374.698	4,48	144.726.315	3,95
Alemanha	153.027.691	4,94	167.346.747	3,91	129.941.439	3,55
Hong Kong	95.886.815	3,09	136.030.773	3,18	160.577.555	4,39
Itália	86.866.556	2,80	88.902.640	2,08	60.046.240	1,64
Cingapura	55.280.163	1,78	81.465.907	1,91	77.036.105	2,10
Finlândia	129.160.611	4,17	74.083.803	1,73	18.272.898	0,50
Tailândia	36.766.814	1,19	65.664.423	1,54	52.768.843	1,44
México	51.059.273	1,65	55.030.930	1,29	55.025.405	1,50
Filipinas	36.985.991	1,19	54.473.627	1,27	51.239.892	1,40
Reino Unido	32.770.978	1,06	38.253.258	0,89	33.632.271	0,92
Argentina	49.429.595	1,60	36.100.708	0,84	46.530.739	1,27
Indonésia	16.425.825	0,53	36.025.697	0,84	43.063.238	1,18
Holanda	30.202.342	0,97	35.225.402	0,82	30.969.490	0,85
França	35.760.416	1,15	32.354.347	0,76	32.456.189	0,89

Tabela 2. Importação da Região Norte por países, 1999 e 2001 (US\$ 1,00) (continuação).

Países/Blocos	1999		2000		2001	
Total da Área	3.098.380,305	100,00	4.275.936,204	100,00	3.661.001,528	100,00
Rússia	21.425,186	0,69	31.765,336	0,74		
Federação da Arábia Saudita	—	—	31.062,843	0,73		
Coveite	—	—	31.044,404	0,73		
Colômbia	18.651,906	0,60	27.852,228	0,65	22.167,462	0,61
África do Sul	18.392,848	0,59	24.523,816	0,57	69.860,047	1,91
Canadá	62.165,579	2,01	24.282,425	0,57	27.397,189	0,75
Peru	24.252,555	0,78	23.561,928	0,55	32.757,645	0,89
Letônia	10.768,130	0,35	19.091,517	0,45	13.353,550	0,36
Uruguai	12.849,077	0,41	17.320,498	0,41	20.473,812	0,56
Trinidad e Tobago	1.157,433	0,04	15.910,831	0,37		
Demaís países	127.231,594	4,11	167.911,315	3,93		
Principais Blocos Econômicos						
Ásia (- Oriente Médio)	1.446.055,560	46,67	2.317.603,016	54,20	2.127.836,645	58,12
Estados Unidos (+ Porto Rico)	658.305,906	21,25	766.356,095	17,92	647.223,163	17,68
União Européia - EU	536.574,687	17,32	508.049,002	11,88	377.370,262	10,31
Aladi (- Mercosul)	230.038,762	7,42	382.410,624	8,94	201.842,740	5,51
África (- Oriente Médio)	—	—	—	—	73.495,728	2,01
Oriente Médio	5.420,339	0,17	67.054,711	1,57	—	—
Demaís blocos	221.985,051	7,16	234.462,756	5,48	233.230,990	6,37

Fonte: MDIC/SECEX - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Secretaria de Comércio Exterior. (www.mdic.gov.br)

Tabela 3 – Valor da importação por unidades federativas da Amazônia Legal (US\$ 1.000).

Estados	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Pará	108.631	216.031	338.072	254.404	228.900	257.481	170.891	260.789	255.777
Amapá	30	2.676	25.277	36.742	48.522	17.072	22.061	28.282	11.209
Tocantins	–	–	8.828	2.394	23.121	37.512	22.464	9.006	2.421
Maranhão	67.283	101.657	195.933	403.326	433.413	316.164	367.102	486.257	830.310
Amazonas	477.841	1.162.666	3.839.041	4.344.291	4.385.451	3.053.918	2.875.600	3.922.058	3.346.938
Roraima	334	1.333	7.544	6.688	5.963	10.234	1.514	4.858	3.439
Rondônia	7.326	6.914	18.428	15.736	17.307	15.000	5.112	45.166	35.865
Acre	–	3.506	461	1.782	25.997	849	740	5.777	5.352
Mato Grosso	18	22.498	46.348	46.948	85.932	88.402	154.420	90.594	136.278
Brasil	14.331.835	20.661.000	49.971.895	53.301.014	61.352.028	57.714.365	49.210.314	55.783.343	55.580.718

Fonte: Benchmark (1999); MDIC/SECEX-Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior. (www.mdic.gov.br)

(0,83%), palmito (0,27%), óleo de pau-rosa (0,03%), camarões (0,63%), peixes ornamentais (0,08%), peixes congelados (0,05%), produtos agrícolas como pimenta-do-reino (1,81%), óleo de dendê (0,22%), soja (0,11%), café (0,03%) e couros (0,03%). Dá idéia de que a biodiversidade da Amazônia seria o maior filão para as exportações, teve pouco ou nenhum desdobramento significativo, com exceção da madeira. A exportação de soja, que está sendo a justificativa para as construções de hidrovias, ferrovias, asfaltamento e abertura de novas estradas, é insignificante no valor das exportações da Região Norte. Quanto aos recursos naturais, que ao longo da história passaram por diversos ciclos econômicos, vêm sendo substituídos quando esgotados ou quando surgem novas áreas produtoras mais competitivas.

O aspecto perverso da balança comercial é o desequilíbrio verificado pelos países que são grandes exportadores como Japão, Estados Unidos, Malásia, China, Venezuela, Coreia do Sul, Hong Kong, entre os principais, versus valor das importações realizadas (Tabelas 2 e 3). A posição individualista dos governos estaduais tende a prejudicar uma negociação coletiva de interesse regional para a melhoria das relações de troca e de uma política de exportação, mas visível pelo lado dos países importadores, através de suas ativas representações diplomáticas na Amazônia e dos programas de cooperação técnica.

Tomando como base o ano de 2000, o comportamento de cada unidade federativa da Amazônia com o mercado mundial é bastante heterogêneo. No caso do estado do Acre, apesar da ênfase ambientalista, destaca-se como exportador de madeira (49,59%) e cujas importações chegam a ser quase quatro vezes o valor das exportações. No Amapá, que também é conhecido por sua ênfase ambientalista, as exportações de madeira (58,86%) e de cromo (25,68%), nióbio, tântalo, manganês, superam mais de 90% do valor das exportações. O valor das importações de petróleo representou 70% do total e, apesar disso, apresentou uma balança comercial positiva. As exportações de madeira e derivados predominam também em Rondônia (92,74%) e Roraima (88,21%).

Tabela 4 – Exportação da Região Norte por países, 1999/2001 (US\$ 1,00).

Países/Blocos	1999		2000		2001	
Total da Área	2.677.108.208	100,00	3.321.836.207	100,00	3.241.633.266	100,00
Total dos Principais Países	2.474.725.322	92,44	3.137.687.541	94,46	3.094.702.810	95,47
Japão	549.611.956	20,53	557.410.370	16,78	497.308.229	15,34
Estados Unidos	367.189.121	13,72	472.425.607	14,22	536.447.735	16,55
Argentina	124.087.232	4,64	335.118.530	10,09	295.702.283	9,12
Holanda	86.969.189	3,25	228.561.184	6,88	191.887.017	5,92
Bélgica – Luxemburgo	186.716.111	6,97	223.731.744	6,74	208.429.473	6,43
Austrália	62.917.232	2,35	152.551.568	4,59	79.733.319	2,46
França	103.741.305	3,88	133.899.392	4,03	145.603.114	4,49
Alemanha	148.160.632	5,53	132.772.830	4,00	146.301.419	4,51
Itália	123.256.438	4,60	99.842.955	3,01	92.128.553	2,84
Noruega	67.104.648	2,51	95.930.627	2,89	93.852.153	2,90
Espanha	86.572.027	3,23	93.827.325	2,82	89.780.535	2,77
Coreia do Norte	91.134.647	3,40	72.885.631	2,19	76.990.686	2,38
China	56.836.230	2,12	71.755.141	2,16	130.042.555	4,01
Canadá	58.245.480	2,18	59.889.482	1,80	51.635.068	1,59
Venezuela	49.510.404	1,85	57.270.972	1,72	68.241.562	2,11
Colômbia	39.249.494	1,47	56.089.465	1,69	65.020.206	2,01
México	38.119.403	1,42	49.231.253	1,48	42.075.635	1,30
Reino Unido	35.309.456	1,32	40.244.431	1,21	52.896.568	1,63
Chile	11.921.354	0,45	23.928.960	0,72	38.317.378	1,18
Portugal	26.636.083	0,99	22.553.437	0,68	20.591.755	0,64
Paraguai	17.237.921	0,64	19.394.637	0,58	16.634.905	0,51

Tabela 4 – Exportação da Região Norte, por países 1999/2001 (US\$ 1,00).

Países/Blocos	1999		2000		2001	
	2.677.108.208	100,00	3.321.836.207	100,00	3.241.633.266	
Total da Área						
Gana	5.921.918	0,22	17.040.599	0,51		
Áustria	7.741.813	0,29	15.937.115	0,48	10.015.745	0,31
Peru	6.874.295	0,26	15.919.796	0,48	16.832.061	0,52
Coréia do Sul	68.622.074	2,56	15.717.461	0,47	21.542.885	0,66
Filipinas	8.720.016	0,33	15.389.017	0,46		
Uruguai	12.455.035	0,47	15.335.821	0,46		
Romênia	7.715.181	0,29	14.685.142	0,44		
Hong Kong	7.886.914	0,29	14.477.623	0,44	13.077.686	0,40
Virgens, Ilhas (Americanas)	18.261.713	0,68	13.869.426	0,42		
Demais Países	202.382.886	7,56	184.148.666	5,54		
Principais Blocos Econômicos						
União Européia – EU	828.845.282	30,96	1.017.820.402	30,64	986.607.769	30,44
Ásia (-Oriente Médio)	806.362.846	30,12	763.957.824	23,00	764.811.931	23,59
Estados Unidos e Porto Rico	376.819.331	14,08	479.143.562	14,42	561.611.932	17,32
Mercosul	153.780.188	5,74	369.848.988	11,13	321.391.192	9,91
Aladi (-Mercosul)	152.363.980	5,69	208.894.980	6,29	241.247.638	7,44
Demais Blocos	358.936.581	13,41	482.170.451	14,52	365.962.804	11,29

Fonte: MDIC/SECEX-Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior.
(www.mdic.gov.br).

No estado do Amazonas, as importações superam em mais de cinco vezes as exportações, responsáveis pelo déficit na balança comercial da Região Norte. As exportações de extrato para Coca-Cola representaram 37,18% do valor total e, o restante, pulverizado em aparelhos eletrônicos e equipamentos e, no caso de recursos naturais (castanha-do-pará, peixes ornamentais e óleo essencial de pau-rosa) representaram apenas 1,19%. As importações pulverizam por conjunto de componentes eletrônicos e peças.

As exportações de minérios de ferro e de minerais eletro-intensivos representam para os estados do Pará e Maranhão, respectivamente, 71,94% e 85,29% do valor total. As importações têm o petróleo e o trigo como os principais produtos. Ambos os estados apresentam balança comercial positiva. O estado de Mato Grosso apresenta um volume de exportações 11 vezes superior às importações, com a dominância da soja e, no estado de Tocantins, as exportações de soja e de ouro representam quase 90% do valor total. A exportação de soja pelos portos fluviais dos estados do Amazonas e Pará vai apenas criar um falso equilíbrio na balança comercial.

Algumas sinergias de mercado

Neste cenário, quais seriam as possíveis mudanças com relação ao mercado que poderiam ocorrer nos próximos anos para a Amazônia? Algumas suposições precisam ser colocadas para estabelecer possíveis campos para reflexão:

a) A importância da Amazônia como fonte de matéria-prima mineral, da abundância de recursos energéticos e hídricos para atender aos interesses industriais dos países desenvolvidos, como já vem ocorrendo.

A dependência quase absoluta dos principais blocos econômicos (Estados Unidos, Japão e União Européia) em minerais como nióbio, manganês, alumínio, cobalto, cromo, tântalo, estanho, zinco, antimônio, cobre, platina, níquel, tungstênio, vanádio, chumbo, molibdênio, entre

outros, contrastam com a existência de grandes estoques no Brasil e, em especial, na Amazônia. O Brasil detém 88,3% das reservas de nióbio do planeta, segunda reserva mundial de caulim, com 14,1% dos estoques, terceira de bauxita, fluorita e talco, quinta de ferro e magnesita, sexta de estanho, sétima de níquel, sem falar nos demais, dos quais grande parte está localizada na Amazônia. A participação da produção mineral do estado do Pará, em relação ao país, é de 27,5% (alumínio), 85,6% (bauxita), 54,7% (caulim), 29,5% (ferro), 96,5% (manganês), 23,3% (ouro) e 6% (silício) (Silva 2002).

A exploração das reservas de manganês no estado do Amapá, a partir de 1957 até seu esgotamento em 1997, marcou o início do ciclo mineral na Amazônia. Pesados investimentos, associados a capitais internacionais, precedem à viabilização da extração e o transporte de matéria-prima para os centros industrializados. O Projeto Carajás, a partir da década de 80, acoplado a um conjunto de investimentos em infra-estrutura, constitui a recente experiência de desenvolvimento baseado no extrativismo mineral. A magnitude dos estoques de recursos minerais, a possibilidade de obtenção da matéria-prima a baixo custo e os problemas ambientais decorrentes do processo de beneficiamento nas economias centrais têm induzido à instalação dessas atividades na Amazônia. É o que acontece, por exemplo, com o beneficiamento da bauxita, para a produção de alumínio, onde 79% do custo final de produção é o custo da energia elétrica, daí a razão principal para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Esta mesma assertiva vale para a produção de ferro gusa dependente de carvão vegetal obtido de forma insustentável.

Mesmo aquelas atividades mais dinâmicas e com forte modernização tecnológica, a preocupação com os custos ambientais e o esgotamento (por exemplo, a exaustão das reservas de manganês da ex-Icomi, dos recursos madeireiros etc.) nunca foram considerados, mas apenas a conjuntura do mercado em curto prazo.

Outro aspecto dessa modernização periférica, relacionado à extração de recursos naturais e exportações de matérias-primas, mostra a baixa interação de outros setores da economia regional com ao resto do Brasil e com a própria economia global e os baixos investimentos no sentido da sua verticalização. O mais grave é que os benefícios econômicos e sociais têm sido bastante baixos, como se pode verificar pelos indicadores econômicos de renda per capita (superior apenas a do Nordeste) e, mais recentemente, pelo Índice de Desenvolvimento Humano.

Outro aspecto a destacar refere-se ao orgulho nacionalista quanto à exportação de matérias-primas minerais, esquecendo-se que o país é, também, um grande importador desses recursos (petróleo, carvão, cobre, fertilizantes, gás natural etc.), com ligeira vantagem para as exportações. Com o processo de globalização, o controle e o acesso a recursos naturais estratégicos devem-se acentuar e, com esse enfoque, deve caminhar a modernização tecnológica da Amazônia no futuro. O principal problema da privatização da CVRD é a alienação de recursos minerais aos interesses capitalistas internacionais e, acoplado a isso, uma modernização tecnológica com baixo poder de integração com a economia regional e para os interesses da sociedade brasileira no futuro. Tudo em nome da suposta ineficiência do serviço público.

b) Grande estoque de recursos madeireiros, que constitui a maior pauta de produtos da biodiversidade sendo exportados no presente.

Na Amazônia, são produzidos 70% da madeira do país e a exportação de produtos madeireiros representa 17% do valor total de toda a exportação. O Brasil possui 1/3 das florestas tropicais remanescentes do mundo, concentradas na Amazônia e nos resquícios de Mata Atlântica. Nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, estima-se que o setor participa com 15% na composição do PIB regional.

As exportações de madeira e seus subprodutos beneficiados poderão representar uma substancial fatia no comércio externo na Amazônia. As pressões dos consumidores externos quanto à retirada

racional deverão forçar a adoção de procedimentos mais compatíveis, cuja entrada de multinacionais está associada ao grau de dificuldade do empresário local em se adaptar às normas internacionais. A forte dependência do mercado nacional, que consome 86% da madeira extraída na Amazônia, tem retardado a adoção de sistemas mais apropriados de extração (Smeraldi & Veríssimo 1999).

O setor madeireiro no país representa 4% do PIB e 8% no valor das exportações e, no estado do Pará, é o terceiro no ranking das exportações, perdendo apenas para os minérios (Campbell 2000). A região oeste do Pará, com a oferta de energia, converteu-se em novo *front* de exploração, aumentando o número de madeireiras nos municípios de Altamira, Itaituba e Brasil Novo (Ferreira 2000). Em 1999, a arrecadação do ICMS no Pará foi inversamente proporcional a este crescimento, do qual o comércio estadual e interestadual de madeira em tora recolheu insignificantes R\$ 8.249.324,65. Já a cobrança referente ao comércio de madeira serrada e laminada foi de apenas R\$ 25.047.722,08. A soma desses dois valores corresponde a apenas 3,18% da arrecadação do Estado.

Mesmo sendo um instrumento de mercado, a certificação poderá conter o avanço da atividade madeireira (Romero 2000; 2001). O Instituto de Manejo Florestal e Agrícola (Imaflora), juntamente com a Scientific Certification System (SCS), dos Estados Unidos, a SGS Forestry Qualifor Program, da Inglaterra, e a associação da Rainforest Alliance e a Smart Wood Program, dos Estados Unidos, formam o grupo das cinco entidades credenciadas para emissão do selo do Forest Stewardship Council (FSC), com sede em Oaxaca, no México. No dia 30 de junho de 2002, as áreas certificadas no mundo somavam 29,30 milhões de hectares, com predominância da Europa (64,3%), América do Norte (16,7%), América Latina (12,0%), África (3,8%) e Ásia (3,1%), sendo apenas 1.182.640 hectares no Brasil. A primeira empresa a ter selo verde na Amazônia foi a Madeireira Itacoatiara Ltda., da Precious Wood Amazon, de origem

suíça, com 80.571 hectares e a segunda a Gethal Amazonas, de origem gaúcha que foi comprada pelos norte-americanos, com uma área de 40.862 hectares no município de Manicoré.

A Madeireira Itacoatiara Ltda. iniciou suas atividades em Itacoatiara (AM), em 1994, desenvolvendo o manejo florestal nos critérios internacionais, obtendo o selo verde em 1997 (Valéria 1999). Com isso conseguiu abrir mercados antes fechados, na Europa.

A empresa paraense Juruá Florestal Ltda., no município de Moju, recebeu o certificado florestal do FSC, em 6 de abril de 2001, sendo a primeira empresa madeireira nacional da Região Norte a receber o selo, em uma área de 12.000 hectares (Souza 2001). A adoção das normas foi feita em parceria da Embrapa, Cifor, Fundação Floresta Tropical, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, FCAP e o DFID. Em 2001, a Cikel Brasil Verde S/A, sediada em Paragominas (PA), com 140.658 hectares, foi a quarta empresa a receber certificação florestal do FSC, representando a metade das florestas certificadas da Amazônia (Conger 2001; Fujiyoshi 2001).

Das possíveis mudanças que deverão ocorrer, a venda de madeira certificada é o que deverá ter o maior crescimento nos próximos anos, atendendo à pressão dos consumidores internacionais. A incapacidade dos madeireiros locais de se adequarem às novas mudanças pode fazer com que o setor seja controlado por madeireiras internacionais. Outra possível mudança refere-se ao crescimento dos plantios de espécies madeireiras em áreas fora da Amazônia, reduzindo a pressão regional.

c) Possível crescimento de produtos oriundos da Amazônia no qual se insere a noção de Natureza, produtos orgânicos, green products, valor social, entre outros.

A identificação do Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE), que ficou conhecido como o mal-da-vaca-louca, em 1986, na Inglaterra, cuja gravidade iria combinar com o alastramento do foco da febre aftosa,

descoberto em 21 de fevereiro de 2001, nas proximidades de Londres, aumentou enormemente a desconfiança dos consumidores dos países desenvolvidos quanto à qualidade dos alimentos.

Tal desconfiança diz respeito aos alimentos, em cujo processo produtivo foram utilizados fertilizantes químicos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, hormônios de crescimento, carrapaticidas, antibióticos, entre dezenas de outros produtos comumente utilizados pela moderna agricultura. Não é sem razão, portanto, a desconfiança dos europeus e japoneses com relação aos produtos transgênicos. Esta tendência está produzindo, como consequência, o crescimento do mercado de produtos orgânicos.⁶

O mercado de produtos orgânicos, que apareceu, timidamente, no final da década de 70, vem crescendo aceleradamente na Europa, Estados Unidos e Japão. A publicação do livro "A Primavera Silenciosa", da bióloga Rachel Louise Carson (1962), deflagrou o movimento ambientalista e a proibição do uso do DDT nos Estados Unidos, em 1972, bem como a consciência sobre os perigos do uso de agrotóxicos e da importância da agricultura orgânica.

No caso brasileiro, diversos produtos orgânicos já foram credenciados e estão sendo exportados, como, café, laranja, soja, horticultura, óleo de dendê, açúcar mascavo, banana, cacau, guaraná, uva, arroz, erva-mate, manga, óleos essenciais, urucum, mel, óleo de babaçu, chá, gengibre, goiaba, palmito, leite, carne bovina, morango; outros encontram-se em vias de certificação. Vários produtos da Amazônia já obtiveram a sua certificação⁷ (urucum, óleos de dendê e babaçu, palmito, cupuaçu).

⁶ Produzidos sem o uso de fertilizantes e defensivos químicos e integra técnicas como adubação verde, rotação de culturas, compostagem, entre outras. No caso da criação animal, feita pelo mesmo princípio, é vetado o uso de herbicidas nos pastos, carrapaticidas e quaisquer processos artificiais de crescimento.

⁷ O guaraná certificado como orgânico é produzido na Bahia.

O processo de classificação como produto orgânico é efetuado por entidades nacionais credenciadas e vinculadas com certificadoras internacionais. Como a credibilidade é importante perante os consumidores, o processo é rigoroso, pode ser demorado e é constantemente reavaliado. As despesas para o cumprimento destes procedimentos precisam ser cobertas pelos agricultores interessados.

A dimensão do interesse desse mercado pode ser avaliada pelo fato de já existir mais de dez certificadoras nacionais e estrangeiras atuando no país, a mais antiga, desde 1978. Muitas dessas certificadoras têm atuação local, fornecendo selo verde para produtos agrícolas para venda nas feiras e supermercados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

A exportação de produtos orgânicos exige o selo verde fornecido por uma certificadora acreditada nos países importadores. No Brasil, o Instituto Biodinâmico, fundado em 1982, em Botucatu (SP), vinculado ao International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam), e à alemã Deutsche Akkreditierungsrat (DAR) vinham atuando, isoladamente, até o ano passado. A chegada de certificadoras internacionais como a alemã BCS Öko-Garantie, presente em 45 países, no final de 2000, em São Paulo; da francesa Ecocert Brasil, presente em mais de 50 países, no início de 2000, em Porto Alegre e da americana Farm Verified Organic (FVO), com atuação em 11 países de quatro continentes, estabelecida em Recife, no final de 2000, são sinais de que o mercado de produtos orgânicos deve aquecer nos próximos anos.

Nesse cenário do emergente mercado de produtos orgânicos, é interessante verificar que, salvo determinadas restrições, muitos produtos da Amazônia podem ser enquadrados na categoria de orgânicos, desde que esforços sejam orientados neste sentido. Verifica-se que grande parte dos produtos agrícolas, produzidos pela agricultura familiar, como arroz, milho, mandioca, cupuaçu, banana, castanha-do-pará, pimenta-do-reino, cacau, café, pupunha etc., devido ao baixo nível tecnológico vigente, não empregam fertilizantes químicos,

herbicidas, inseticidas etc. Por exemplo, os pequenos produtores derrubam a floresta e efetuam o plantio de arroz sem nenhum uso de fertilizantes, ao contrário do arroz proveniente do Rio Grande do Sul e assim por diante. O aspecto antiambiental decorre do fato desses produtos serem obtidos mediante a derrubada de áreas de floresta densa ou de vegetação secundária.

A democratização dos *green products* poderá ter como reflexo, com a ampliação do mercado, a adoção de procedimentos em larga escala, inviabilizando determinados nichos de mercados locais. Por exemplo, a ampla utilização da casca de coco para assentos de veículos, produzidos na Amazônia, pode conduzir à larga utilização de matéria-prima disponível no Sudeste Asiático, bem como do couro vegetal dos seringueiros do Acre, e assim por diante. A valorização do nome Amazônia, como produto, pode neutralizar esse aspecto em curto prazo, mas será inevitável a produção em larga escala se o mercado entender a sua real importância.

Um mercado que deverá crescer bastante nos próximos anos, tanto em nível interno como externo, está relacionado com as fruteiras nativas e exóticas produzidas na Amazônia (guaraná, cupuaçu, açaí, pupunha, bacuri, castanha-do-pará, mamão, acerola, melão, mangostão, abacaxi e outras). Desses, é bem provável a transformação do guaraná em novo produto universal, associado ao nome Amazônia que destacará a região como produtora de extrato desse produto. A competição com as áreas produtoras no próprio país, nos estados situados na faixa da Mata Atlântica, bem como de países tropicais, poderá repetir o exemplo da seringueira e induzir à perda do mercado regional. Algumas dessas plantas, como o açaí, cupuaçu, guaraná, pupunha estão sendo cultivadas em diversas partes do Brasil, na Costa Rica e no Equador, que se tornaram grandes exportadores de palmito de pupunha.

A produção de fármacos, aromáticos, inseticidas e corantes naturais poderá atingir substancial valor na pauta de exportações regionais, principalmente pelos investimentos na área de cosméticos e fármacos e

da fundação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que estão sendo realizados na Zona Franca de Manaus. As experiências da Merck com o plantio de jaborandi em Barra do Corda (MA) indicam a importância da verticalização através de associações com as multinacionais, caso contrário, a região amazônica continuará como mera exportadora de matéria-prima. O interesse dos países desenvolvidos nas plantas medicinais está relacionado às doenças de maior preocupação nesses países (colesterol, pressão alta, produtos geriátricos, câncer etc.).

d) Inserção no mercado de serviços ambientais, como crédito de CO₂, exportação de água, de salvaguardas internacionais como a propriedade intelectual e da noção de ajuda para salvar a floresta.

De 13 a 24 de novembro de 2000, estiveram reunidos, em Haia, representantes de 180 países e mais de 2 mil cientistas, na 6ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima (COP-6). A lógica dessa questão está relacionada ao Protocolo de Kyoto, discutido em dezembro de 1997, com a adesão de 159 nações, o qual estabelece que as nações industrializadas devem reduzir suas emissões de CO₂ e de outros gases de efeito estufa, nesta década, para cerca de 5% abaixo dos níveis de 1990. É interessante que o Protocolo isenta mais de 130 países (inclusive o Brasil, China, Índia e México) de quaisquer restrições sobre a sua poluição industrial, apesar da sua evidente contribuição. Esse aspecto pode, inclusive, induzir à transferência de indústrias poluidoras para os países subdesenvolvidos, cujo remanejamento poderá aumentar a poluição.

É nesse contexto que nasce o mercado de crédito para gases de efeito estufa, no qual os países que conseguirem reduzir as emissões de gases e baixar suas metas poderão vender esse crédito para outros países. Mesmo a simples redução de 5% dos níveis de 1990 significa um enorme custo para as economias dos países desenvolvidos em termos de mudanças nas suas plantas industriais. Desta forma, seria mais barato adquirir esses créditos.

Existem diversas alternativas para reduzir os gases de efeito estufa, tais como o uso de álcool como combustível, energia hidrelétrica, solar e eólica, melhoria nos sistemas de transporte coletivo, redução das queimadas na Amazônia etc. Outra alternativa seria o reflorestamento – sequestrando o CO existente na atmosfera, liberado pelas indústrias localizadas em outros continentes, criando assim os chamados "poços de carbono". Além das árvores para produção madeireira, as culturas perenes, como o dendê, seringueira, cacau e outras, seriam passíveis de serem incluídas como sequestradoras de CO, para um determinado período e, para isso, seria necessário determinar a sua capacidade de estocagem. No caso do reflorestamento, muitas empresas já se adiantaram para possíveis vendas desse carbono estocado.

Na Amazônia, as atenções se voltam para a inclusão de sua vasta floresta natural, mediante “desmatamento evitado” no contexto dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL, apoiada por diversas ONGs e de alguns governos estaduais, como o do Acre e o do Amapá, para apoiar políticas estaduais. Verifica-se que não existe unanimidade das ONGs no nível internacional, dependendo da sua linha política, como a Greenpeace, WWF e Amigos da Terra, preocupados com que os países desenvolvidos cumpram as suas obrigações.

Várias dúvidas precisam ser esclarecidas quanto à inclusão das florestas nativas da Amazônia para servirem como depósitos de carbono, em troca da poluição dos países desenvolvidos. Em primeiro lugar, é a questão da soberania da Amazônia, uma vez que, implicitamente, entende-se que as empresas multinacionais venham bloquear determinados espaços na região, por um período desconhecido. Por mais atrasada que seja a questão da soberania em um mundo globalizado, da existência de inúmeras multinacionais em solo brasileiro, com indústrias, fábricas, serviços etc., a cessão de áreas, criando novas formas de ingerência espacial e geopolítica, deve ser tratada com muito cuidado.

Outros aspectos práticos dizem respeito ao valor desses serviços ambientais criados artificialmente: Qual é a forma de contrato? Quem vai administrar esses espaços? A quem vai beneficiar? É para atender determinadas políticas de governos estaduais? As ONGs têm afirmado, categoricamente, que a inclusão das florestas amazônicas no MDL poderia drenar maciços recursos externos, que seriam revertidos em favor dos pequenos produtores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, programas ambientais, entre outros, evitando o desmatamento e adotando ou subsidiando práticas ditas sustentáveis.

No contexto teórico, esse argumento encontra forte apoio, ao considerar que se as florestas amazônicas prestam serviços ambientais em nível planetário, nada mais justo que os países desenvolvidos paguem pela sua preservação. A incapacidade da sociedade brasileira em frear o desmatamento na Amazônia, a adoção de políticas conflitantes e do baixo valor imputado à biodiversidade constituem um convite para essa intromissão externa.

Outra fonte de dúvida está relacionada à administração dos recursos externos que seriam drenados com a inclusão das florestas nativas da Amazônia no MDL, quanto ao valor a ser pago, tempo de bloqueio, entre outros. A grande questão é se o MDL não vai se transformar apenas em um loteamento da Amazônia com projetos ambientais, cujos principais interessados seriam grandes firmas multinacionais, criando o “colonialismo do carbono”, promovendo o sequestro de CO₂, compensando, assim, a poluição provocada pelos países desenvolvidos².

e) O mercado doméstico é mais importante que o mercado externo.

É regra corrente na Amazônia o enfoque para as exportações no discurso das autoridades governamentais, políticos, ONGs, produtores, pesquisadores, entre outros. No contexto histórico, tal ênfase concretizou-se em produtos como o cacau, a borracha, o óleo essencial de pau-rosa, a castanha-do-pará, a pimenta-do-reino e, mais recentemente, com os minérios, soja, entre os principais.

Entretanto, o maior mercado da madeira é o doméstico, consumindo 86% do total extraído, o que prejudica o interesse pelo manejo florestal. A inexistência de estatísticas de comércio interestadual dificulta essa avaliação, mas se for computada a produção local e o volume exportado, verifica-se que o mercado interno é mais importante para a Amazônia. Isso é válido para o conjunto dos produtos agrícolas nos quais a região tem posição destacada no cenário nacional (mandioca, banana, dendê, cupuaçu, abacaxi, café, cacau, laranja, arroz, milho etc.), dos produtos pecuários (bovinos, bubalinos etc.), pescado, produtos extrativos (polpa e palmito de açaí, castanha-do-pará e madeira), entre outros. O recente crescimento do mercado de frutas nativas da Amazônia tem nos mercados local e nacional a sua maior demanda.

Nesse contexto, mesmo a Zona Franca de Manaus, responsável pelo déficit da balança comercial da Região Norte, é superavitária quando se considera o fluxo do seu comércio interestadual, razão da sua sobrevivência e do seu sucesso duvidoso em longo prazo (Benchimol 1998; 1999). Dessa forma, “exportar para dentro” torna-se mais importante como elemento de política pública para a Amazônia do que a ênfase imaginária voltada para o mercado externo (Bacal 2001). Os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, que apresentam déficit na sua balança comercial, dependem mais do comércio interestadual que do comércio externo.

Resolver questões relativas à segurança alimentar, democratizar o acesso a fontes de proteína animal das populações mais desfavorecidas, gerar renda e emprego para o conjunto da população amazônica – da qual 69,70% vivem nas áreas urbanas – deve constituir o núcleo de uma política social conectada com a melhoria ambiental. Dificilmente, isso será obtido mediante a ênfase para a exportação de produtos ambientalmente corretos (os não-madeireiros, orgânicos, madeira manejada, da biodiversidade etc.), como está se apregoando. Há a necessidade de enfatizar a melhoria da produtividade da agricultura

tradicional (culturas anuais, perenes e pecuária), cujo atraso tecnológico está se tornando irreversível, como a solução para conseguir conter essas atividades na fronteira interna já conquistada e promover a sua recuperação.

As atividades agrícolas intensivas, tanto em uso de mão-de-obra quanto em terras, ou que não aproprie economias de escala e, as concernentes ao esgotamento de determinados recursos naturais, serão alternativas para a Amazônia. A pecuária e o reflorestamento para produção de celulose, compensados, carvão vegetal e madeiras nobres, por exigirem grandes extensões de terra e menor rigidez quanto às normas de poluição ambiental, têm chances de ampliação significativa na Amazônia.

CONCLUSÕES

É necessário entender que uma política de incremento às exportações é sempre uma via de mão dupla. Numa região cuja exportação sempre foi baseada em produtos primários de alto peso/volume, a tendência é que os custos do frete de retorno sejam baixos, desestimulando a industrialização local, pelas facilidades de importação (Haddad 1999). Nesse sentido, é totalmente impossível imaginar que a região seja exportadora exclusiva, em que apenas um sai ganhando. Uma política apropriada seria que todos saiam ganhando, o que implica o estabelecimento de mecanismos de troca, instalação de beneficiamento conjunto, entre outros. Na Região Norte, as exportações totais em 2000 foram de US\$ 3,3 bilhões e as importações de US\$ 4,3 bilhões, com déficit de quase US\$ 1 bilhão, decorrentes das importações da Zona Franca de Manaus, que precisariam ser compensadas com maiores exportações regionais, com mudanças nas relações de troca desfavoráveis e com a verticalização das formas de associação com os países importadores. O caráter regionalista da geopolítica amazônica, que foi desaparecendo com a implantação de grandes programas

setoriais do Brasil em Ação (1996) e do Avança Brasil (1999), tende a destruir ações concretas de propostas de desenvolvimento regional e da atuação conjunta de governos estaduais. Apesar do discurso ambientalista, os países desenvolvidos estão aproveitando a Amazônia como fornecedora de matéria-prima mineral, de energia e como entreposto comercial de seus produtos industrializados.

As possibilidades da Amazônia aumentar a sua participação na produção/exportação de produtos agrícolas vai depender da sua capacidade de responder aos desafios de ordem sanitária (bovinos, produtos agrícolas etc.), de oferta com qualidade, da aplicação dos incentivos econômicos para aqueles que realmente necessitam, da infra-estrutura de exportação, entre os principais. Quando os europeus tomaram a decisão de sacrificar 3 milhões de bovinos, suínos e ovinos por causa da febre aftosa, ficou claro que a questão da qualidade dos produtos alimentares precisa ser levada a sério. No caso da Amazônia, se for associada à tendência mundial de aumento de consumo de produtos que utilizem o mínimo de produtos químicos, produtos verdes e orgânicos e valorização da idéia da Natureza (prístina) que a região representa, uma significativa fatia do mercado poderia ser abocanhada. Desde que procedimentos corretos sejam adotados com relação ao meio ambiente e à ética social, grande parte dos produtos amazônicos podem ser considerados como orgânicos. Neste elenco, incluem-se a produção de carne bovina, reflorestamento, palmito de pupunha, frutas nativas, cosméticos e plantas medicinais, entre outros, com grandes possibilidades de serem incluídos na pauta de exportações da região, desde que sejam feitas com técnicas apropriadas.

É bem provável que o papel da Amazônia no crescimento do mercado de *commodities* ambientais e de *eco-commodities*, nos próximos anos, seja bastante significativo. Mas a pauta de produtos tradicionais, como, minérios, energia, produtos eletro-intensivos, carvão vegetal, uso intensivo da água, de terra, de mão-de-obra e de

produtos poluentes, continuará dominando os rumos da economia regional. É interessante verificar que vários países europeus são reexportadores de produtos agrícolas dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Esses países estão perdendo espaço nos mercados de produtos primários dos quais são grandes produtores e os países desenvolvidos, a partir dessas mesmas matérias-primas, reelaboram e vendem com marca registrada, capturando a parcela mais substancial da cadeia produtiva que representa 75% do preço pago pelo consumidor (Ricupero 2000).

A diplomacia tradicional estruturada nas relações de poderes político e militar precisa ser mais agressiva para que as relações econômicas e comerciais do Brasil com outros países, principalmente no que se refere à Amazônia, sejam mais efetivas. Muitos dos programas de ajuda externa para a Amazônia são conflitantes para os interesses da sociedade brasileira e, ao implantar essas ações de forma unilateral, tendem a influenciar as políticas internas regionais, drenando parques recursos humanos, financeiros e materiais, além de colocar a Amazônia como uma mercadoria de troca. Não se deve esquecer, também, que o maior mercado brasileiro é o interno, e que não se justifica que produtos que possam ser produzidos no próprio local sejam importados de locais distantes ou do exterior. Naturalmente que não se justifica plantar trigo ou batata inglesa na Amazônia ou de buscar a auto-suficiência integral, por exemplo, mas não tem sentido importar maciças quantidades de leite, fibra de juta e borracha natural. O movimento de globalização deve ser contrastado com um movimento local, privilegiando as atividades para o mercado interno, para o consumo local e sua verticalização.

A melhoria do desempenho das exportações amazônicas vai depender de inovações tecnológicas, do aprimoramento da qualidade, da criação de marcas internacionais e não da desvalorização cambial ou de subsídios artificialmente criados.

Finalmente, a utopia ecológica que se tenta impor, externamente, como componente obrigatório sobre o mercado futuro e as atividades da Amazônia alicerçada em *commodities* ambientais e *eco-commodities*, poderão criar mais problemas que em oportunidades concretas. Produtos tradicionais de exportação deverão ter o maior peso na economia, e o mercado interno continuará a ser mais importante na geração de renda e emprego para a população regional. As políticas públicas na Amazônia direcionadas para grandes obras infra-estruturais, para viabilizar determinadas atividades produtivas, poderão evidenciar a sua incoerência para os anos futuros, uma vez que as maiores limitações estão relacionadas com a fraqueza em C&T, de maior assistência técnica e de programas sociais, entre os principais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACAL, C. 2001. O paradoxo da exportação. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 6-8 jul. p.A-3.
- BENCHIMOL, S. 1999. *Comércio exterior da Amazônia brasileira*. Manaus, Editora Valer, 226 p.
- BENCHIMOL, S. 1998. *Exportação da Amazônia brasileira 1997*. Manaus, Editora Valer, 227 p.
- BUCHALLA, A.P. 2002. A era dos super-remédios. *Veja*, São Paulo, 26 jun., p. 94-101.
- CAMPELL, U. 2000. Madeireiras sonégam ICMS. *O Liberal*, Belém, 28 maio, p.12.
- CARDONA, I. 1999. Só 20% da madeira sai legalmente da Amazônia. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 out., p.A-9.
- CONGER, L. 2001. Programa certifica produtos de madeira. *Gazeta Mercantil Latino-americana*, São Paulo, 7 a 13 maio. p.7.
- COUTINHO, L. 2001. A floresta dá dinheiro. *Veja*, São Paulo, 22 ago. p. 76-81.
- FERREIRA, P.R. 2000. Expansão das serrarias. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 13 dez., (Amazônia, p.6).
- FUJIYOSHI, S. 2001. Cikel recebe selo verde pela maior área de floresta nativa. *Gazeta Mercantil Pará*, Belém, 8 maio. p.1.

- HADDAD, P.R.A 1999. concepção de desenvolvimento regional. In: HADDAD, P.R.; BARBOSA, M.M.T.L.; CALDAS, R.A.; PINHEIRO, L.E.L.; MIZUTA, K.; SOUSA, I.S.F.; BRANDÃO, G.E.; GAMA, G.B.M.N.; KUABARA, M.Y. & LOPES, E.F. *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de clusters*. Brasília, CNPq/Embrapa, p.9-22.
- KOEHLER, A. 2001. Made in Brasil em bolsa verde. *Gazeta Mercantil*, Curitiba, 29 jun., p.2.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. 2001. *As regras e disciplinas para o comércio agrícola internacional e a Organização Mundial do Comércio - OMC*. Brasília, Secretaria de Política Agrícola, 66p.
- RICUPERO, R. 2000. Os cafezais de Hamburgo. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, 102(631):30, dez.
- ROMERO, S. 2001. Exploração madeireira se desloca na Amazônia. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12, 13 e 14 jan. p.A-7.
- ROMERO, S. 2000. Madeireiras do Pará habilitam-se ao selo verde. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 out. p.A-10.
- SILVA, A.R.B. 2002. A importância da indústria mineral paraense no mercado mundial. *Gazeta Mercantil Norte*, Belém, 28 mar., p.8. (Especial 4º ano – O Pará dos Grandes Projetos).
- SMERALDI, R. & VERÍSSIMO, A. 1999. *Acertando o alvo: consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal*. Piracicaba/Belém, Amigos da Terra - Programa Amazônia/Imazon, 41p.
- SOUZA, A.P. 2001. Juruá ganha selo de qualidade do FSC. *Gazeta Mercantil Pará*, Belém, 10 abr. p.1.
- VALÉRIA, M. 1999. A importância da certificação. *Gazeta Mercantil Pará*, Belém, 15 abr. p.4.
- www.acs-aec.org.
- www.aladi.org.
- www.apec.org.
- www.apecsec.org.sg
- www.caricom.org.
- www.comunidadandina.org.
- www.fao.org
- www.fscoax.org/principal/htm

www.ftaa-alca.org

www.mdic.gov.br

www.mercosur.org

www.nafta-sec-alena.org.

www.oecd.org

www.qualifor.com.

www.scs1.com

www.smartwood.org.

www.wto.org